

**MAPEAMENTO DO ABASTECIMENTO LOCAL DE AGROALIMENTOS  
SUSTENTÁVEIS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.  
(ODS 2)**

Priscila D'avillar dos Santos (Universidade de Taubaté)  
Ademir Fernando Morelli (Universidade de Taubaté)  
Paulo Fortes Neto (Universidade de Taubaté)  
Quésia Kamimura (Universidade de Taubaté)  
Roque Moura (Universidade de Taubaté)

**Resumo**

Este artigo busca compreender a distribuição local de alimentos oriundos da agricultura sustentável e a dinâmica de suas cadeias produtivas em São José dos Campos. O estudo investiga as práticas e estratégias adotadas pelos agentes envolvidos ao longo das cadeias de abastecimento, bem como os principais gargalos na distribuição e a inserção desses produtos no mercado atual. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, baseia-se em revisão bibliográfica e documental, além da análise de referências locais. Como resultado, pretende-se identificar os desafios enfrentados pelos participantes da cadeia e discutir os potenciais impactos socioambientais dessas iniciativas para a concepção de políticas públicas que integrem as cadeias produtivas agroalimentares no desenvolvimento regional sustentável. Também é discutida a relevância da abordagem sustentável e regenerativa sob uma perspectiva socioeconômica e de viabilidade da sobrevivência humana nas próximas décadas..

**Palavras-chave:** Abastecimento Sustentável; Cadeias de Distribuição de Agroalimentos; São José dos Campos.

**Introdução**

A crescente e necessária preocupação com os impactos ambientais, sociais e econômicos da produção de alimentos tem impulsionado o debate sobre a sustentabilidade na agricultura. No Brasil, esse movimento se intensificou nas últimas décadas, especialmente após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), que consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável como eixo estruturante das políticas públicas e das práticas produtivas.

A agricultura sustentável abrange diferentes abordagens, como a agroecologia, a agricultura orgânica e biodinâmica e os sistemas regenerativos, que buscam conciliar produtividade com conservação ambiental, justiça social e viabilidade econômica (Kitamura, 2002). Segundo o autor, os avanços nesse campo envolvem desde o manejo integrado de pragas e o plantio direto até a certificação ambiental e a

valorização dos saberes tradicionais. No entanto, ainda há desafios significativos quanto à inserção dos produtos sustentáveis no mercado, à estruturação das cadeias produtivas e à formulação de políticas públicas que apoiem efetivamente os pequenos produtores (Gomes, 2024).

As cadeias produtivas sustentáveis de agroalimentos são caracterizadas por circuitos curtos de comercialização, práticas de produção ecológicas e relações mais transparentes entre produtores e consumidores (Darolt & Rover, 2021). A integração entre os diferentes segmentos da cadeia — produção, distribuição e consumo - é essencial para garantir a viabilidade desses sistemas e fomentar o desenvolvimento regional. No entanto, essa interconexão entre os processos ao longo da cadeia apresenta gargalos em diferentes níveis, os quais podem ser identificados, analisados e aprimorados por meio de estudos e ações estratégicas (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2021).

Em São José dos Campos, município localizado no Vale do Paraíba, estado de São Paulo, observa-se um crescimento expressivo de iniciativas voltadas à produção e distribuição de alimentos sustentáveis e agroecológicos atualmente. A crescente demanda por alimentos saudáveis e produzidos de forma sustentável impulsiona a necessidade de mapeamento e sistematização de iniciativas locais. Destacam-se a implementação de hortas urbanas, feiras orgânicas e modelos de parceria direta entre produtores e consumidores, como o CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura), iniciativas que fortalecem os circuitos curtos de comercialização e promovem maior engajamento comunitário (Silva, 2022).

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) de São José dos Campos (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2018) propõe o desenvolvimento rural sustentável por meio do fortalecimento da agricultura familiar, incentivo à produção de maior valor agregado e à comercialização direta, visando autonomia no abastecimento, a redução de impactos ambientais e a promoção da segurança alimentar. Apesar dos avanços locais, iniciativas sustentáveis de circuitos curtos ainda enfrentam desafios como infraestrutura limitada, baixa adesão dos consumidores e barreiras institucionais que dificultam sua consolidação (CARVALHO; RUIVO, 2023).

Este artigo tem como objetivo mapear e analisar as iniciativas de abastecimento local de agroalimentos sustentáveis em São José dos Campos na última década,

investigando as estratégias, desafios e impactos socioambientais pertinentes. A pesquisa busca compreender as seguintes problemáticas: como os produtores de agroalimentos sustentáveis e os agentes envolvidos se inserem nos circuitos de comercialização apesar dos desafios, e como essas iniciativas podem fortalecer o desenvolvimento regional sob uma perspectiva regenerativa e sustentável.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender as dinâmicas locais da agricultura sustentável, suas cadeias de distribuição, e identificar os principais desafios deste nicho - para que se desenvolvam políticas públicas e estratégias de intervenção que fortaleçam este segmento produtivo e promovam a segurança alimentar, o consumo consciente e responsável e o desenvolvimento sustentável no município.

### **Revisão da literatura**

Os sistemas agroalimentares convencionais, ao priorizarem a lógica do mercado e a padronização da produção, tendem a invisibilizar as capacidades e saberes locais, concentrando valor em poucos elos da cadeia e aprofundando desigualdades socioeconômicas e ambientais (Grisa et al., 2021). Segundo os autores, essas cadeias produtivas são marcadas pela presença de múltiplos intermediários e pelo afastamento entre quem produz e quem consome, o que gera uma distribuição desigual de valor. Essa lógica compromete a viabilidade econômica da agricultura familiar, a mais expressiva do país, uma vez que o retorno ao produtor representa apenas 15% a 20% do preço final do produto (Wilkinson; Mior, 2012). Além disso, as cadeias longas convencionais contribuem para impactos ambientais alarmantes, como o aumento das emissões de gases de efeito estufa e da pegada de carbono, bem como o aumento do uso de embalagens e, conseqüentemente, do lixo (Garnett, 2011). Em resposta a esse cenário, ganham força modelos alternativos que buscam restabelecer vínculos diretos entre produtores e consumidores, promovendo relações mais justas e responsáveis socioambientalmente.

A busca por alimentos mais saudáveis e sustentáveis tem impulsionado transformações significativas nas formas de produção, distribuição e consumo de alimentos. No Brasil, esse movimento é impulsionado por políticas públicas, redes de agricultores familiares e iniciativas locais que buscam conciliar sustentabilidade

ambiental, justiça social e desenvolvimento econômico (Kitamura, 2002; Gomes, 2024). Segundo os autores, a agricultura sustentável, nesse contexto, é compreendida como um conjunto de práticas que respeitam os ciclos naturais, promovem a biodiversidade e valorizam os saberes tradicionais, ao mesmo tempo em que garantem a segurança alimentar e nutricional regional.

Essas práticas não apenas promovem a saúde do consumidor e do meio ambiente, como também contribuem para a inclusão social, a geração de renda e a construção de sistemas alimentares mais justos e saudáveis, além de favorecer a preservação ambiental e o fortalecimento de espaços propícios a trocas prósperas (Brasil, 2025). Por abranger dimensões que vão do cotidiano local à agenda global, este tema revela impactos que se estendem do micro ao macro, reforçando a importância de seu estudo e debate no contexto da sustentabilidade e do desenvolvimento regional.

### **Cadeias Produtivas, Circuitos Curtos de Comercialização e Desenvolvimento Regional**

As cadeias agroalimentares não se limitam ao transporte de mercadorias; elas constituem redes complexas que articulam produtores e consumidores, carregando consigo valores, significados e disputas de poder que influenciam profundamente os sistemas alimentares atuais (Wilkinson, 2008).

Os circuitos curtos de comercialização (CCC) têm se consolidado como estratégias fundamentais para a construção de sistemas alimentares mais justos e resilientes. De acordo com Darolt e Rover (2021), os CCC são caracterizados pela redução dos intermediários entre produtores e consumidores, o que favorece relações mais transparentes, solidárias e territorializadas. Além disso, esses circuitos promovem a valorização da produção local, o fortalecimento da economia regional e a construção de vínculos sociais baseados na confiança e na reciprocidade.

A experiência brasileira no fortalecimento dos CCC tem sido reconhecida internacionalmente. O projeto “Semeando Capacidades”, realizado em parceria entre o governo brasileiro, a FAO e a Agência Brasileira de Cooperação, destaca que os circuitos curtos são fundamentais para a construção social dos mercados, a revitalização das economias locais e a coesão social (Brasil, 2023).

No contexto regional, é essencial considerar os instrumentos de planejamento territorial do município. Para fundamentar a proposta de fortalecimento do abastecimento local de agroalimentos sustentáveis em São José dos Campos, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), instituído pela Lei Complementar nº 612/2018, estabelece diretrizes específicas voltadas ao ordenamento territorial e ao desenvolvimento rural sustentável. No Capítulo II, o documento orienta:

Incentivar o desenvolvimento rural de forma compatível com as características do município, com ênfase na sustentabilidade, que será alcançado por meio das seguintes diretrizes:

- a) Instituir o macrozoneamento rural de forma a promover o desenvolvimento sustentável, respeitadas as características geomorfológicas e antrópicas do território;
- b) Fortalecer a propriedade rural, mediante apoio ao pequeno e médio produtor e, em especial, ao agricultor familiar, por meio de convênios e parcerias com órgãos técnicos;
- c) Incentivar a produção rural com estímulo a produtos de maior valor agregado;
- d) Estimular a agricultura sustentável, em suas variantes agroecológica, orgânica, biodinâmica e natural, e favorecer a comercialização direta dos produtos ao consumidor, aumentando a autonomia de abastecimento do município, bem como reduzindo a pegada ecológica e as emissões de gases de efeito estufa, sobretudo as relacionadas à cadeia de distribuição. (São José dos Campos, 2018, Capítulo II, PDDI – Lei Complementar nº 612/2018).

Apesar das diretrizes estabelecidas e dos avanços realizados na última década, os desafios para consolidar sistemas alimentares sustentáveis em São José dos Campos ainda são significativos. Como apontam Carvalho e Ruivo (2023), os circuitos curtos de comercialização enfrentam barreiras como infraestrutura inadequada, informalidade nas redes, baixa adesão dos consumidores e ausência de políticas públicas integradas em todo o Brasil.

A agricultura familiar no Brasil é uma grande referência de cadeias curtas de produção, além de ser um modo de vida em que trabalho, terra e família estão profundamente conectados. Diferente das grandes propriedades voltadas ao mercado, ela se organiza por meio da gestão compartilhada, predominantemente

entre os próprios membros da família, que atuam como produtores e trabalhadores da terra (Abramovay, 1997). A Lei nº 11.326/2006 define a agricultura familiar como aquela praticada por unidades produtivas com até quatro módulos fiscais (Brasil, 2006). Para Wanderley (2014), mais do que um arranjo produtivo, a agricultura familiar representa uma forma de vida enraizada no território, onde o trabalho, o conhecimento e os vínculos comunitários são transmitidos entre gerações, configurando um espaço de reprodução social, econômica e cultural.

Embora responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos no país, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a agricultura familiar ainda carece de maior valorização e apoio local (Domingues, 2025). Trata-se de um setor estratégico para o desenvolvimento sustentável e segurança alimentar no Brasil, empregando cerca de 10,1 milhões de pessoas, o que corresponde a 67% de toda a mão de obra rural do país (CONTAG, 2023). Além disso, os pequenos agricultores são responsáveis por contribuir para a biodiversidade funcional e a conservação do solo e da água. Muitas comunidades de agricultura familiar atuam como guardiãs de sementes crioulas, mais adaptáveis às mudanças climáticas. Além disso, cumprem funções socioculturais únicas, preservando saberes e práticas transmitidos entre gerações - como mutirões, festas de colheita e receitas tradicionais - que fortalecem a identidade e o patrimônio cultural preciosos do Brasil (Altieri, 2009).

Apesar de sua importância socioeconômica e ambiental, como mencionado, a agricultura familiar enfrenta desafios significativos, especialmente no que tange às cadeias de distribuição e comercialização de seus produtos. A agroindustrialização de pequeno porte também é uma estratégia importante, pois permite que os pequenos produtores agreguem valor à sua produção, aproveitando excedentes e diversificando a oferta de produtos, o que fortalece ainda mais a economia local e a autonomia dos agricultores (Mior, 2007).

São José dos Campos, município conhecido como polo tecnológico e industrial, possui uma zona rural que corresponde a aproximadamente 70% de seu território, abrigando propriedades dedicadas à agricultura e pecuária, principalmente nas regiões norte e leste (Câmara Municipal de São José dos Campos, 2023). Essa dualidade entre o urbano-industrial e o rural-agrícola, além do distanciamento da

população deste potencial local, configura um cenário complexo para os agricultores familiares do município.

Como contraponto, pode-se mencionar que há um esforço crescente observado no município para integrar produtores familiares em feiras orgânicas e programas de compras públicas, que promovem a inclusão social e a geração de renda no campo. Destacam-se algumas iniciativas agroecológicas que articulam a produção sustentável e comercialização direta, que têm demonstrado fortalecimento da soberania alimentar local e potencial de regeneração e reintegração socioambiental. Além das iniciativas voltadas às etapas iniciais da cadeia agroalimentar - como o plantio, a colheita e a distribuição -, as fases finais, relacionadas ao consumo e à gestão dos resíduos, vêm ganhando espaço crescente na reflexão dos joseenses. A atuação conjunta de iniciativas públicas, privadas e da sociedade civil na gestão de resíduos sólidos, especialmente os orgânicos, contribui para ampliar a consciência sobre o ciclo completo dos alimentos (Trigo, 2025). Como descreve a autora, a transformação das sobras alimentares em recursos por meio da compostagem fortalece a reconexão do consumidor com a terra, promovendo uma compreensão mais profunda sobre a origem, o destino e o valor dos alimentos.

Se tratando dos movimentos relevantes de produção sustentável e distribuição justa, pode-se citar os grupos de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura), que vêm promovendo uma reconexão com o ecossistema das pessoas engajadas e interessadas pela causa socioambiental, o que, por consequência, influencia no desenvolvimento regional.

### **Estudo do Movimento de Referência: O Caso do CSA Guajuvira**

O CSA Guajuvira, localizado em São José dos Campos, é uma iniciativa exemplar de circuito curto agroecológico. Baseado no modelo de Comunidade que Sustenta a Agricultura, o projeto estabelece uma relação direta entre produtores e consumidores, que compartilham responsabilidades sobre a produção. Os membros contribuem financeiramente de forma recorrente e recebem alimentos da estação, frescos, locais e sem agrotóxicos, garantindo estabilidade ao agricultor por meio da viabilização da comercialização de seus produtos.

Além da produção agroecológica, o CSA Guajuvira promove atividades educativas, oficinas comunitárias e ações de sensibilização sobre alimentação

saudável e consumo consciente. A iniciativa também atua na recuperação de áreas degradadas e na preservação da biodiversidade local, alinhando-se aos princípios da agroecologia e da economia solidária (Zerlote et al., 2024).

Embora ainda enfrente desafios como logística, escala e engajamento contínuo dos consumidores, o CSA Guajuvira representa uma alternativa concreta à cadeia convencional de abastecimento, fortalecendo a autonomia alimentar do município e promovendo vínculos comunitários duradouros. Segundo Zerlote et al. (2024), a experiência da CSA Guajuvira em São José dos Campos exemplifica como a agricultura apoiada pela comunidade pode fortalecer a reconexão entre consumidores e o alimento que consomem. Nessa iniciativa, os participantes tornam-se co-agricultores, compartilhando cuidados e decisões sobre as produções com os produtores, o que promove maior consciência sobre o ciclo produtivo, o valor dos alimentos sem veneno e o reaproveitamento de resíduos orgânicos como recurso.

Ao promover práticas que ressignificam a relação entre pessoas, território, alimento e consumo, essas iniciativas locais tornam-se referências concretas dos princípios que orientam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Locatel; Silva; Silva, 2024). Modelos alternativos como esses propõem uma nova lógica, em que os riscos e benefícios são compartilhados entre produtores e consumidores, criando uma economia de reciprocidade que, nas palavras de Sabourin (2011), humaniza as trocas mercantis.

### **A Construção para um Abastecimento Sustentável e Regenerativo**

O abastecimento sustentável de uma cidade envolve diversas etapas, sendo a cadeia produtiva de alimentos composta desde a produção até o consumo final. Como já mencionado, a sustentabilidade nesse contexto exige práticas agrícolas que respeitem o meio ambiente, promovam justiça social e sejam economicamente viáveis, além de uma gestão eficiente dos resíduos gerados. O cooperativismo e o associativismo surgem como estratégias essenciais para viabilizar a inserção de pequenos produtores em circuitos curtos, permitindo superar limitações de escala e fortalecer o poder de negociação, como demonstram Singer e Souza (2010). Além das CSAs, há outras estratégias de mercado que viabilizam a promoção de cadeias sustentáveis.

Para os produtores interessados, existem ferramentas mercadológicas como selos e programas de certificação (Orgânico Brasil, SISOrg, Fair Trade, FSA, etc.), que garantem a rastreabilidade dos produtos, assegurando que sejam socioambientalmente responsáveis, do início ao fim das cadeias de agroalimentos. Por meio desses programas, o produto certificado consegue ser vendido por um valor maior e apresenta um apelo de mercado mais atrativo. Enquanto essas certificações focam principalmente em médios e grandes produtores agrícolas, os pequenos enfrentam maiores dificuldades devido à competitividade do mercado.

Outra forma de viabilização são as plataformas digitais e redes sociais, quando bem utilizadas e apropriadas pelos próprios agricultores, não só reduzem as intermediações, mas também podem democratizar o acesso a mercados, sem necessariamente reproduzir as assimetrias das cadeias convencionais (Niederle, 2017).

Conceitualmente, a agricultura sustentável pode englobar diferentes modalidades, como a agroecologia, que integra sistemas agroflorestais, a agricultura orgânica, que impõe restrições ao uso de agroquímicos, a biodinâmica, a regenerativa, entre outras. Contudo, o termo "sustentável" tem se mostrado insuficiente e subjetivo diante do contexto socioambiental atual.

É nesse contexto que entram os sistemas de agricultura regenerativa. Para um produto regenerativo, toda a cadeia produtiva, do início ao fim, precisa focar não apenas em "sustentar" as dinâmicas existentes — conceito relacionado à sustentabilidade — mas também em regenerar o meio socioambiental. Os resíduos dessas cadeias podem ser reaproveitados como insumos, contribuindo para a regeneração de solos e nascentes. Esse conceito se torna um dos ideais quando aplicável.

A economia circular propõe o reaproveitamento de resíduos e a redução do desperdício como formas mais eficientes, justas e conscientes de produção. O consumo consciente, por sua vez, incentiva escolhas alimentares e de bens de consumo que considerem os impactos socioambientais. Esses conceitos formam uma abordagem integrada, que abrange todo o ciclo produtivo e valoriza os agentes das cadeias produtivas.

Cada um desses elementos contribui para a construção de um sistema alimentar mais equilibrado, justo e ambientalmente responsável. Embora os movimentos em prol desses objetivos já estejam em andamento, ainda são carentes de incentivos e políticas públicas que fortaleçam esse cenário. A integração das cadeias produtivas sob a ótica da economia circular poderia resultar em sistemas mais resilientes, inclusivos e saudáveis. Esses sistemas, por sua vez, favoreceriam a regeneração socioambiental, garantindo a sobrevivência e a permanência humana por mais tempo.

### **Contribuições aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

As iniciativas de agricultura sustentável e circuitos curtos de comercialização contribuem diretamente para diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Destacam-se:

- ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável: ao promover a segurança alimentar e apoiar pequenos produtores.
- ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis: ao incentivar práticas agroecológicas e reduzir desperdícios.
- ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima: ao reduzir emissões na cadeia de distribuição.
- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: ao integrar produção local e consumo urbano.
- ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico: ao gerar renda e fortalecer economias locais.

Esses objetivos reforçam a importância de políticas públicas que apoiem a transição agroecológica e a construção de sistemas alimentares mais equitativos e sustentáveis.

### **Método**

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, combinando revisão bibliográfica e documental, além da análise de referências locais. A metodologia foi estruturada em três etapas principais:

Na primeira etapa, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre cadeias de distribuição agroalimentares, agricultura sustentável, familiar e outras dinâmicas

similares, abrangendo livros, artigos científicos, teses e dissertações. Foram consultadas bases de dados acadêmicas como SciELO, Portal de Periódicos da CAPES e Google Scholar para levantamento conceitual sobre o tema.

A segunda etapa consistiu na análise documental mais aprofundada, como análise do PPDI de São José dos Campos e sites que referencial às iniciativas locais. Foram consultados dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, da Prefeitura Municipal de São José dos Campos e do Anuário Estatístico da Agricultura Familiar (CONTAG, 2023; 2024).

Na terceira etapa, foram analisadas referências representativas dos temas abordados atuantes em São José dos Campos, com foco em circuitos curtos de comercialização. Foram destacados casos como o CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) do Sítio Guajuvira, as feiras locais de abastecimento sustentável e de hortas urbanas.

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa e os resultados foram organizados em categorias temáticas que abordam as características do abastecimento local de agroalimentos sustentáveis, os desafios enfrentados na comercialização e as estratégias de viabilização desenvolvidas.

## **Resultados e discussão**

Esta pesquisa mapeou algumas cadeias de produção agrícola consideradas sustentáveis, identificando os desafios enfrentados por seus participantes e os impactos socioambientais dessas iniciativas. Além disso, foi explorada a contribuição dessas práticas para a elaboração de políticas públicas que integrem as cadeias produtivas agroalimentares no desenvolvimento regional sustentável. Por fim, o estudo propõe a discussão sobre a relevância de uma abordagem sustentável e regenerativa, considerando as perspectivas socioeconômicas e a viabilidade da sobrevivência humana nas próximas décadas.

Os resultados indicam que as cadeias de agroalimentos investigadas têm gerado impactos positivos tanto no meio socioambiental quanto na economia local. Esses benefícios foram analisados tanto qualitativamente quanto quantitativamente, a partir das evidências práticas observadas durante o levantamento, que confirmam as constatações feitas pela fundamentação teórica.

## **Agricultura Familiar e Sustentabilidade em São José dos Campos**

São José dos Campos, cidade localizada no Vale do Paraíba, tem cerca de 68% do seu território ocupado pela zona rural, o que representa uma grande oportunidade para a agricultura sustentável, especialmente por meio da agricultura familiar. Este setor é de grande relevância, já que contribui para a preservação da biodiversidade, segurança alimentar local e promoção de práticas agroecológicas. A produção agrícola no município é bastante diversificada, com destaque para sistemas agroflorestais, produção orgânica e o cultivo de uma vasta gama de alimentos como hortaliças, frutas e legumes (Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 2021).

A agricultura familiar tem se consolidado como uma alternativa essencial para o desenvolvimento socioeconômico local, sendo um dos focos da pesquisa realizada. O levantamento evidenciou que este setor se integra a circuitos de comercialização local, como o modelo CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) e feiras de produtores, que viabilizam cadeias curtas de distribuição.

### **Cadeias Curtas de Comercialização: CSA e Feiras de Produtores**

No levantamento realizado, foram encontrados cerca de 5 CSAs ativos em São José dos Campos, envolvendo centenas de agricultores familiares e co-agricultores. Este modelo é fundamental para a criação de uma rede direta entre produtores e consumidores, sem intermediários, garantindo uma remuneração mais justa para os agricultores e oferecendo produtos frescos e orgânicos aos consumidores. O impacto socioambiental desse modelo é significativo, como demonstrado pelos dados qualitativos e quantitativos sobre o envolvimento dos participantes. Sintetizando os impactos observados:

- Cerca de 5 CSAs ativos no município
- Centenas de famílias engajadas no município em algum dos CSAs;
- Maior acesso a alimentos frescos e orgânicos pelos envolvidos nas iniciativas;
- Melhoria na qualidade do solo dos respectivos locais devido ao uso de práticas agroecológicas;
- Aumento na conscientização sobre consumo sustentável local.

Além das CSAs, as feiras de produtores, como as realizadas em bairros como Jardim América, Centro da Juventude e Jardim Satélite, têm sido vitais para a distribuição de alimentos locais e para a valorização da produção agroecológica. Tais

feiras não são apenas pontos de comercialização, mas também territórios de sociabilidade, onde consumidores e produtores estabelecem laços de confiança e fomentam um consumo mais consciente (Cassol & Schneider, 2023).

### **Desafios e Potenciais Impactos das Cadeias de Produção Agroalimentar**

Apesar dos benefícios evidentes, os produtores enfrentam desafios significativos para a expansão e sustentabilidade das suas atividades. O acesso ao crédito rural, especialmente via o PRONAF, ainda é limitado, o que compromete a capacidade de investimento em práticas mais sustentáveis e no aumento da produção. Além disso, barreiras burocráticas dificultam a participação dos produtores em programas de compra institucional, como o PAA e o PNAE, que poderiam garantir acesso a mercados maiores e valorização da produção local.

A pesquisa também observou que o processo de certificação orgânica e a rastreabilidade dos produtos são desafios importantes, especialmente para os agricultores que buscam aumentar sua participação em mercados mais exigentes. Programas como o Selo Orgânico Brasil e o novo Selo Verde podem ser instrumentos importantes para ampliar a credibilidade dos produtos sustentáveis e garantir uma maior transparência e confiabilidade no mercado (Brasil, 2023).

### **Iniciativas Complementares e Conexões com a Sustentabilidade Urbana**

Além das cadeias curtas, outras iniciativas complementares têm sido importantes para o fortalecimento da agricultura sustentável em São José dos Campos. Entre elas, destacam-se as hortas urbanas comunitárias, as feiras orgânicas e os projetos de compostagem. As hortas urbanas, como as implantadas em áreas como centros comunitários e escolas, promovem a inclusão social e o aproveitamento de espaços ociosos, enquanto as feiras orgânicas têm facilitado o acesso a alimentos saudáveis e fortalecido a agricultura familiar local.

O Instituto Lixo Zero São José dos Campos e Vale do Paraíba, criado entre 2024 e 2025, tem fomentado a conscientização ambiental e ações de compostagem. O programa de compostagem, com sistemas implantados, como os utilizados pela Urbanizadora Municipal (Urbam), que processa cerca de 40 kg diários de resíduos orgânicos, reflete a interconexão entre sustentabilidade urbana e rural. Os resíduos processados geram insumos para a produção agrícola, melhorando a qualidade do solo e contribuindo para práticas mais sustentáveis (Instituto Lixo Zero, 2025).

## **Impactos Socioambientais e Econômicos das Iniciativas Sustentáveis**

As iniciativas de agricultura sustentável em São José dos Campos têm gerado impactos positivos tanto no meio ambiente quanto no contexto socioeconômico local. As práticas sustentáveis reduzem desertos alimentares, aumentam a oferta de alimentos saudáveis e geram empregos em diversas esferas, desde a produção até a comercialização (Gomes, 2024). Além disso, as parcerias público-privadas, como as estabelecidas no Parque Tecnológico, têm incentivado a produção sustentável e a incubação de startups de agrotecnologia voltadas para a agricultura regenerativa.

Os dados mostram que essas iniciativas têm levado à redução de resíduos e ao fortalecimento da economia local. Contudo, desafios como o acesso a certificações, a necessidade de educação alimentar e a logística de distribuição ainda persistem. A análise aponta que a integração das políticas públicas, especialmente em relação à certificação e rastreabilidade, pode ampliar significativamente os benefícios socioambientais.

## **O Papel da Economia Circular e da Cultura Regenerativa**

A economia circular, ao promover a redução de resíduos e a valorização dos recursos locais, tem se mostrado uma estratégia importante para a sustentabilidade dos agroalimentos. A ideia de um fechamento saudável dos ciclos produtivos, com redução e reutilização de resíduos orgânicos, tem sido fundamental para a regeneração dos sistemas alimentares. Tais práticas não apenas promovem a sustentabilidade socioambiental, mas também incentivam o desenvolvimento econômico local e contribuem para a construção de uma cultura regenerativa.

Em resumo, as cadeias curtas de comercialização, as hortas urbanas, as políticas públicas de apoio à agricultura familiar e as iniciativas de compostagem, são peças-chave para o fortalecimento de um modelo agroalimentar sustentável em São José dos Campos. O desenvolvimento de políticas integradas e o fortalecimento de parcerias públicas e privadas podem garantir a viabilidade a longo prazo dessas iniciativas e a expansão da agricultura sustentável no município, bem como o desenvolvimento regional sustentável, conseqüentemente.

## **Considerações Finais**

Com esse estudo, conclui-se que o setor da agricultura sustentável é de grande relevância devido aos potenciais impactos positivos para o município de São José dos Campos e para o Brasil. Evidencia-se uma realidade complexa no município: de um lado, se destaca por sua vocação tecnológica e industrial, sustentada por uma economia majoritariamente urbana. Por outro, abriga uma extensa zona rural, onde famílias agricultoras cultivam a terra, contribuindo não apenas com alimentos frescos, mas também com a conservação de um valioso patrimônio socioambiental.

Nota-se, a partir das breves análises qualitativas e quantitativas que esse setor apresenta aptidão significativa para crescimento e potencial de valorização por meio de cadeias curtas de distribuição dos agroalimentos. Isso porque as cadeias de distribuição convencionais apresentam insustentabilidade a longo prazo, tanto socioambiental quando econômica.

Para que se fortaleçam os sistemas alimentares saudáveis e responsáveis no município, constatou-se que o fortalecimento de políticas públicas em prol do setor de agroalimentos sustentáveis e o incentivo a canais alternativos de comercialização são fundamentais para garantir a permanência e o protagonismo do abastecimento sustentável de São José dos Campos e região.

Para que esse abastecimento seja bem-sucedido, é preciso que haja a viabilidade prática dessas políticas públicas, como parcerias com o âmbito privado, mais espaço nas agendas de ações e nas divulgações municipais.

O levantamento também permite analisar como pequenos produtores rurais de agroalimentos sustentáveis enfrentam desafios para serem integrados aos circuitos de comercialização local. Constata-se que as alternativas para o escoamento da produção agrícola, como o modelo CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) e as feiras de produtores, viabilizam essas cadeias curtas de distribuição. Observa-se uma articulação com outros movimentos, como o espaço físico do Armazém do Campo, que atua como entreposto e facilita o escoamento dos produtos até o consumidor final. Além disso, há iniciativas complementares que, embora paralelas, convergem para o mesmo propósito - como empresas e ações públicas que promovem a reconexão com a terra. Exemplos disso são as atividades realizadas no Parque Vicentina Aranha e outros parques, os sistemas de compostagem privados e municipais, as hortas urbanas, entre outros. Esses diversos movimentos, ao se

entrelaçarem, despertam coletivamente uma reconexão com o alimento que vem da terra e fortalecem o senso de pertencimento ao ecossistema.

A agricultura familiar desempenha papel crucial na economia local contribuindo para a segurança alimentar, a inclusão social e a preservação ambiental. Porém, para que esse impacto positivo continue expressivo, é preciso que os produtores e envolvidos nas cadeias de distribuição recebem maior acessibilidade a crédito e incentivos para maior participação nos circuitos de comercialização de produtos alimentícios da cidade. Iniciativas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) representam instrumentos relevantes para o fortalecimento da agricultura familiar, assim como garantir assistência técnica qualificada e fortalecer as organizações coletivas. No entanto, na prática, muitos agricultores locais ainda enfrentam entraves burocráticos para acessá-los. O desenvolvimento da agricultura familiar em São José dos Campos depende não de ações isoladas, mas de um conjunto articulado de estratégias: políticas públicas mais acessíveis e eficientes, canais de comercialização inovadores e, sobretudo, o reconhecimento social do papel fundamental desempenhado por essas famílias.

Recomenda-se também a ampliação das políticas públicas de fomento a certificações de sustentabilidade agrícola, principalmente para pequenos e médios produtores da região. As dinâmicas mercadológicas do município podem e devem valorizar modelos de cadeia produtiva que seguem a economia circular, e que utilizam recursos de forma mais responsável. Por meio de certificações e selos de sustentabilidade e impacto socioambiental, essas iniciativas podem ter maior espaço no mercado exigente do setor alimentício. E o estímulo à articulação entre produtores, consumidores e poder público é essencial para consolidar um modelo de abastecimento regional mais justo e resiliente.

Constata-se a importância de que não apenas a agricultura familiar, mas também as práticas agroecológicas, biodinâmicas, permaculturais, agroflorestais e todas as formas de cultivo comprometidas com a sustentabilidade sejam amplamente conhecidas, valorizadas e legitimadas. É fundamental que essas práticas recebam o devido reconhecimento por sua contribuição à segurança alimentar, à preservação

ambiental, à geração de renda local e ao fortalecimento de comunidades mais resilientes e justas.

A sistematização dessas abordagens e o apoio institucional são fundamentais para ampliar os impactos positivos na sociedade e no meio ambiente. Esse estudo pode contribuir para a formulação de políticas públicas e incentivar o mesmo em outros municípios da região. Como próximo passo, pode ser feito um aprofundamento da pesquisa com a inclusão de entrevistas com os atores envolvidos e uma maior análise quantitativa dos resultados obtidos.

Em suma, conclui-se que, embora ainda existam poucos incentivos e políticas públicas voltadas à agricultura sustentável e à construção de uma cultura regenerativa local, é evidente a interdependência entre as dimensões ambientais e humanas no condicionamento dos sistemas de produção. A conscientização dos consumidores sobre os impactos de suas escolhas alimentares pode ser um motor decisivo para fomentar uma agricultura mais equitativa e sustentável em São José dos Campos. Para que isso se concretize, é essencial ampliar as oportunidades de participação ativa dos agricultores, garantindo que tenham visibilidade e espaço para atuar.

O fortalecimento de iniciativas locais de abastecimento sustentável, que geram efeitos positivos no meio socioambiental, depende desse engajamento. Torna-se necessária a valorização da abordagem sustentável e regenerativa no mercado de bens de consumo, sob uma perspectiva socioeconômica não só para um desenvolvimento regional, mas para a viabilidade da sobrevivência humana nas próximas décadas. Continuar investigando esse tema é fundamental para construir, de forma colaborativa, caminhos que promovam um futuro mais justo, resiliente e promissor para a agricultura familiar e para o ecossistema que a sustenta.

## **Referências**

ALTIERI, Miguel A. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BRASIL. Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Especialistas destacam articulação e retomada de políticas públicas para saída do Brasil do Mapa da Fome*. Brasília: MDS, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/especialistas-destacam-articulacao-de-politicas-publicas-para-saida-do-brasil-do-mapa-da-fome>. Acesso em: 29 jul. 2025.

CARVALHO, José; RUIVO, Paula. Circuitos curtos agroalimentares: desafios e intervenções para uma economia resiliente e sustentável. *Revista da UI\_IPSantarém*, v. 11, n. 3, 2023. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/uiips/article/view/32505>. Acesso em: 01 ago. 2025.

CASSOL, Ana; SCHNEIDER, Sérgio. Comercialização nas feiras da agricultura familiar: um estudo de caso na Baixada Fluminense. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 61, n. 1, p. e270700, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/qpPgmC8Hqs3n4zWLB8LzPdg/?lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2025.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais. Agricultores e Agricultoras Familiares. Disponível em: <https://www.contag.org.br>. Acesso em: 29 jul. 2025.

CSA Brasil. *Comunidade que Sustenta a Agricultura: CSA Guajuvira*. CSA Brasil, 2022. Disponível em: <https://csabrasil.org/csa/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (Orgs.). *Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social*. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229738>. Acesso em: 04 ago. 2025.

GOMES, Marco. Desafios globais e caminhos para o futuro com sustentabilidade. Embrapa Meio Ambiente, 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/92785198/desafios-globais-e-caminhos-para-o-futuro-com-sustentabilidade-precisam-ser-enfrentados-e-alcancados-com-a-maxima-urgencia>. Acesso em: 01 ago. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS. Disponível em: <https://agricultura.sp.gov.br>. Acesso em: 18 jul. 2025.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125–146, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WDsndRqMPtmf/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), 2023. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html>. Acesso em: 18 jul. 2025.

KITAMURA, Paulo Choji. Agricultura sustentável no Brasil: avanços e perspectivas. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2002. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/15041/1/KitamuraAgricultura6406.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2025.

LOCATEL, C. D.; SILVA, R. F.; SILVA, R. M. A. Agricultura urbana e periurbana apoiada na agroecologia e na economia solidária. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/618d0966-8997-42d9-9baa-6cdb5ac12f11/content>. Acesso em: 01 ago. 2025.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES. *Gargalos das Cadeias Produtivas do Agronegócio*. Brasília, 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivoscamaraagro/ca-reuniao-gt3-2-16\\_07\\_2021\\_anexo-2\\_apres.pdf](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/arquivoscamaraagro/ca-reuniao-gt3-2-16_07_2021_anexo-2_apres.pdf). Acesso em: 01 ago. 2025.

MIOR, Luiz Carlos. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: [https://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Mior\\_Agricultura-familiar\\_agroindustria\\_e\\_desenvolvimento\\_territorial.pdf](https://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Mior_Agricultura-familiar_agroindustria_e_desenvolvimento_territorial.pdf). Acesso em: 01 ago. 2025.

NIEDERLE, Paulo André. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro* [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 168–196. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/186273>. Acesso em: 29 jul. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Feiras. São José dos Campos, 2023. Disponível em: <https://sjc.com.br/feiras-livres-em-sao-jose-garantem-alimentos-frescos-e-de-qualidade-para-voce-e-sua-familia/?utm>. Acesso em: 18 jul. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. São José é reconhecida no Ranking Município Agro. São José dos Campos: Prefeitura Municipal, 2021. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2021/dezembro/08/sao-jose-e-reconhecida-no-ranking-municipio-agro/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SABOURIN, Eric. Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através do conceito de recursos socioterritoriais. In: SILVEIRA, Maria Laura; WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel (org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 149-172.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado*. São José dos Campos: Prefeitura Municipal, 2018. Disponível em:

<https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/urbanismo-e-sustentabilidade/planejamento-urbano/plano-diretor/plano-diretor-de-desenv-integrado/>. Acesso em: 01 ago. 2025.

SILVA, Fernanda et al. Motivação e engajamento de consumidores em iniciativas de circuitos curtos de comercialização de alimentos agroecológicos: um estudo de caso das células de consumidores responsáveis em Florianópolis (SC). *Cadernos de Agroecologia*, v. 17, n. 2, 2022. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/8846>. Acesso em: 01 ago. 2025.

TRIGO, Fernanda Alves. Gestão sustentável de resíduos orgânicos: educação ambiental como ferramenta transformadora. *International Integralize Scientific*, v. 5, n. 45, mar. 2025. Disponível em: <https://iiscientific.com/artigos/cea104>. Acesso em: 01 ago. 2025.

ZERLOTE, M. R.; MARJOTTA-MAISTRO, M. C.; MONTEBELLO, A. E. S.; VASCONCELOS, V. O. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): o nascimento da CSA Guajuvira, no município de São José dos Campos, São Paulo. *Revista de Gestão e Secretariado*, v. 15, n. 7, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3420>. Acesso em: 01 ago. 2025.

WILKINSON, J.; MIOR, R. Cadeias de valor e agricultura familiar: remuneração e desafios. *Revista de Economia Rural*, v. 46, n. 3, p. 45-60, 2012.